

NAPOLEÃO DO HOSPÍCIO

ENCASTELADO, TEMER DIZ QUE NÃO SAI, INSISTE NAS REFORMAS E POR UM DIA APELA ÀS BAIONETAS, ENQUANTO O CONGRESSO TRAMA A ELEIÇÃO INDIRETA

POR ANDRÉ BARROCAL

Michel Temer, o agonizante, tornou-se uma espécie de Napoleão do Hospício Brasil. Jamais um chefe da nação esteve tão encrencado com a Justiça e cercado de tantos suspeitos, mas o Palácio do Planalto e o Congresso deliram. Com o circo em chamas, tentam fingir normalidade e insistem em votar reformas impopulares para “ferrar o trabalhador”, definição usada da tribuna do Senado por um figurão do PMDB. Reformas, recorde-se, rejeitadas pelo eleitorado em 2014 e encampadas por um político alçado ao poder por vingança do velho parceiro Eduardo Cunha contra o PT, confissão feita por Temer na televisão até hoje a merecer apenas silêncio do Supremo Tribunal Federal, sem contar o do próprio PT.

O ministro da Fazenda do governo sem voto, defensor das reformas radicais, “avisa” intramuros que continua no cargo mesmo com outro presidente, um desvario tecnocrata. Em teleconferência com uma turma do banco JP Morgan, foi além e comentou que as reformas também seguem, não importa quem esteja no leme



O xerife foi bem camarada com os irmãos Batista e se tornou, como será provado, a pedra no sapato de Temer, a sombra da eleição de um novo procurador-geral

do País. De que planeta saiu Henrique Meirelles, ex-chefe do Conselho de Administração da *holding* corruptora, a J&F, que explodiu Temer e o presidente do segundo maior partido governista, o tucano Aécio Neves, com sua delação?

Para achar um herdeiro da faixa presidencial caso Temer suma de cena, o Parlamento mais corrupto da história nacional trama uma saída oligárquica, autista ao anseio de 85% dos brasileiros, conforme pesquisas, de votar de novo para presidente. Com a alma marcada por caixa 2 e subserviência aos financiadores – vide as delações dos criminosos da Odebrecht e da J&F/JBS/Friboi –, inclina-se para a eleição indireta, restrita a 594 cidadãos. Uma ideia a atrair até gente do PT, a negociar na moita, enquanto algumas alas pregam eleição direta, tibieza apta a causar outro trauma na combalida legenda bem às vésperas do próximo congresso partidário, em junho. Em uma

MARCELO CAMARGO/ABR. LULA MARQUES/ AGPT E EVARISTO SAIA/FP



A cavalaria sempre foi empregada por Bonaparte



“eleição indireta”, desponta como favorito o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), vulgo “Botafogo” para os delatores da Odebrecht, alvo de um inquérito para investigar por que ele e o pai, o ex-prefeito do Rio Cesar Maia, receberam 950 mil reais da seção de propina da empreiteira em 2008 e 2010. Caixa 2 ou corrupção, uma grana dada em troca de favores políticos?

Chefe da força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba, o procurador Deltan Dallagnol disse publicamente, com ar de ameaça e de Pedro, o Eremita, ao pregar a I Cruzada, que “se cair Temer, vão assumir outras pessoas que estão sendo investigadas por corrupção”. Aliás, ao emparedar o presidente, o procurador-geral, Rodrigo Janot, explicitou que a operação se tornou um fim em si mesmo. Apesar

dos escandalosos enredos paralelos, com malas de dinheiro e gravações clandestinas, a principal suspeita lançada por Janot contra Temer, Aécio e o deputado afastado Rodrigo Rocha Loures, do PMDB, é: o trio uniu-se em uma quadrilha para enterrar a Lava Jato.

Eo presidente? A impopularidade subiu-lhe à cabeça, ele faz jus ao epíteto de “Napoleão do Hospício Brasil”. Bombardeado, aferra-se ao cargo. Prega a votação das reformas, a necessidade de permanecer para o PIB não se desviar de uma trajetória redentora, rumo que acaba de ser negado por seu amigão Paulo Rabelo de Castro, comandante do IBGE, órgão que em abril dera uma forcinha estatística ao governo.



Grande confusão no Senado. Lindbergh Farias avisa: "Vou proteger o Randolfe porque ele é muito franzino"

Em dois pronunciamentos, Temer disse e repetiu: "Não renunciarei". Dono da mansão que serviu de QG da conspiração anti-Dilma Rousseff, o deputado Heráclito Fortes, do PSB do Piauí, diz pela Câmara que Temer está encastelado no Planalto, desconectado da realidade, sem enxergar ter perdido as condições de governar.

O ápice do bonapartismo de Temer foi a decisão de recorrer às baionetas. Na quarta-feira 24, um protesto contra o presidente, as reformas e por eleição direta reuniu, em Brasília, 25 mil manifestantes, nas contas da Polícia Militar, e 200 mil, segundo os organizadores (centrais sindicais, camponeses, sem-teto). O pau comeu. Como sempre acontece nessas situações, é difícil saber como começou. Fato é que, iniciado, a Esplanada dos Ministérios virou praça de guerra. Helicópteros no céu. Cavalaria contra manifestantes, vários mascarados. Ministérios incendiados. Computadores e documentos atirados de dentro do Ministério da Cultura. Bombas e tiros como trilha sonora.

Saldo final: 49 feridos (um baleado), sete presos e um decreto de Temer a botar as Forças Armadas para garantir a lei e a ordem em Brasília por uma

semana. "Espero que a notícia não seja verdadeira", comentou em uma sessão do STF o ministro Marco Aurélio Mello. Mas era, anunciada pelos ministros da Defesa, Raul Jungmann, e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Sergio Etchegoyen. Uma história estranha. O Planalto justificou-se assim:



Calheiros chamou Temer de "insensato"

manter no cargo bem antes do confronto. Na véspera da greve geral de 28 de abril, órgãos repressivos do governo assinaram com homólogos do Distrito Federal e do Congresso um "manual da repressão", perdão, um Protocolo Tático Integrado de Manifestações. Dois dias depois do início do noticiário sobre a delação da JBS e com a pressão por sua renúncia, Temer chamou os chefes das Forças Armadas ao Planalto. Na véspera e logo cedo no dia da manifestação, Jungmann também passara por lá. No domingo 21, Etchegoyen fugira de um telefonema do presidente da Frente Parlamentar de Defesa Nacional, Carlos Zarattini, líder do PT na Câmara. O petista queria conversar sobre o protesto. O general ficara de retornar a ligação e desapareceu. "A repressão estava decidida", disse Zarattini da tribuna da Câmara na hora da pancadaria.

O plenário da Câmara entrou em ebulição, enquanto manifestantes e policiais se enfrentavam. Um grupo de deputados de oposição (PT, PSOL, Rede, PCdoB e PDT)

O RELATOR DA REFORMA TRABALHISTA, O TUCANO RICARDO FERRAÇO, DESISTIU DA PROPOSTA, MAS LOGO RECUOU PORQUE SUA TURMA ESTÁ DESNORTEADA

TODOS OS HOMENS DO PRESIDENTE

tomou a mesa diretora e impediu votações por um tempo, aos gritos de “Fora Temer” e “Diretas Já”. Em troca, uma turma governista bradava “Lula na cadeia”. Quando ficou claro que as votações aconteceriam de qualquer jeito, a oposição deixou ostensivamente o plenário para protestar no Salão Verde. No Senado, um ensaio de votação da reforma trabalhista em uma comissão terminou em bate-boca na terça-feira 23. O relator do projeto, Ricardo Ferraço, do PSDB, tinha dito após o escândalo Temer-JBS que a proposta iria para a geladeira. Mudou de ideia: o tucanato está desnordeado, sem saber se sacrifica Temer, e apresentou seu relatório final, ainda por ser votado.

Logo após a guerra na Esplanada, o líder do PMDB na Casa, Renan Calheiros, subiu à tribuna e atacou Temer por recorrer aos militares. “Beira a insensatez fazer isso em um momento em que o País pega fogo”, afirmou. “Não serão as Forças Armadas que vão sustentar este governo” disposto a “ferrar o trabalhador”. Líder de Temer no Senado, Romero Jucá, também do PMDB, comentou em seguida: “Não adianta fazer lista de candidato a presidente. Não adianta, porque vai haver resistência legal e constitucional. Vai haver”. Resistir é a atitude de Temer desde o estouro da delação da JBS. Um deputado do PMDB conta que o trio de íntimos conselheiros peemedebistas do presidente, Jucá e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência), acredita haver somente um lugar pior para Temer do que no governo: fora. Não é difícil imaginar a razão. Se sair, o peemedebista corre o sério risco de ir em cana.

No inquérito aberto contra Temer no Supremo por organização criminosa, obstrução à Justiça e corrupção, Janot requereu a prisão de Aécio e Loures, companheiros do presidente na investigação. Supõe-se que o “xerife” não agiu da mesma

Rodrigo Rocha Loures: assessor até março, o “homem da mala” acaba de ser afastado do mandato de deputado



Geddel Vieira Lima: o secretário de Governo perdeu o cargo em novembro por defender obra ilegal em Salvador



Sandro Mabel: Assessor até semana passada, demitiu-se no embalo de um pedido de inquérito policial por caixa 2



Tadeu Filipelli: assessor até ser preso semana passada por suspeita de desvios nas obras do Estádio de Brasília



José Yunes: assessor até dezembro, em fevereiro confessou ter sido “mula” de grana pedida por Temer



Moreira Franco: secretário-geral da Presidência, é investigado por corrupção nas delações da Odebrecht



Eliseu Padilha: chefe da Casa Civil, é investigado por corrupção nas delações da Odebrecht e por crime ambiental

forma com Temer apenas porque o artigo 86 da Constituição impede que, em casos de crime comum, o presidente seja preso antes de uma condenação. Mas, se o peemedebista deixar o poder... No despacho no qual liberou a instauração do inquérito contra a patota, o juiz-relator do processo, Edson Fachin, escreveu que a prisão de Aécio e Loures era “imprescindível”. Evitou decretá-la, contudo, por ser uma

batata quentíssima, com dois parlamentares engolfados, um deles ex-candidato à Presidência da República. Empurrou o pepino para o plenário da Corte, julgamento sem data marcada até a conclusão desta reportagem, na noite da quinta-feira 25.

Rodrigo Janot parece com sangue nos olhos na caçada àqueles que definiu como uma organização criminosa obstruidora da Lava Jato. Na época do *impeachment* de Dilma Rousseff e da ascensão de Temer, enxergava ameaças ao futuro da maior investigação anticorrupção da história brasileira. Ao pedir por aqueles dias a prisão de três caciques do PMDB gravados em conversas sobre melar a Lava Jato, Calheiros, Jucá e José Sarney, comentou com um interlocutor que ainda se lembra da conversa: “Agora chegamos ao núcleo do poder no Brasil”. Mais: seu mandato de “xerife” termina em setembro, ele desistiu de outra reeleição e disse a colegas querer encerrar com “chave de ouro” o trabalho de quatro anos.

A troca de comando na PGR é prenúncio de uma guerra total “Janot vs. Temer”. Se nocautear o presidente, o

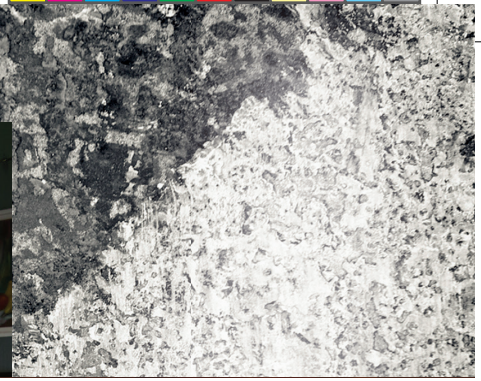


Poderemos ter um presidente “Botafogo”?

ALESSANDRO DANTAS, MARCELO CAMARGO/ABR E ROQUE DE SÁ/JAG, SENADO, BRIZZA CAVALCANTE, VALTER CAMPANATO/ABR, ZECA RIBEIRO, ANTONIO CRUZ/ABR E MARCOS CORRÊA/IPR



Os incidentes de Brasília teriam uma participação de 25 mil pessoas segundo a PM e 200 mil conforme os organizadores. Saldo: 49 feridos, um baleado



morais para isso. É mais um motivo para tirá-lo do cargo.” Para Fonteles, Temer merece ser cassado, caso não renuncie. “Ele foi informado de vários fatos criminosos e não fez nada. É gravíssimo.”

A omissão do máximo servidor público nacional diante de delitos que escutou é uma das razões apontadas pela Ordem dos Advogados do Brasil em um pedido de *impeachment* por crime de responsabilidade levado à Câmara na quinta-feira 25. Era o pedido mais temido por Temer, pois desprovido de rótulo partidário. A OAB vê ainda uma segunda justificativa para depô-lo. Falta de decoro e advocacia administrativa por parte do presidente ao receber fora da agenda, no Palácio do Jaburu, quase na calada da noite, um empresário enrolado na Justiça e pronto a indicar um assessor direto como alguém apto a resolver problemas da JBS em órgãos do governo.

Joesley Batista foi por volta das 22h30 de 7 março ao Jaburu. Como esperado,

passou pelo portão com nome falso. Falou com o inquilino por cerca de 50 minutos, tudo gravado às escondidas. O áudio mais tarde liberado ao público pelo Supremo não prova aquilo que *O Globo*, primeiro a dar a notícia sobre a delação da JBS, informara inicialmente, ou seja, que havia anuência explícita do presidente à compra do silêncio de Eduardo Cunha. Era possível apenas intuir algo parecido, pelo contexto. O presidente ficou mais exposto ao responder “ótimo, ótimo” diante da afirmação de Batista de que estava “segurando” dois juizes da vara de Brasília onde correm processos contra a JBS. “Segurando”, presumivelmente, de modo ilícito. Eis a omissão ante fatos criminosos.

Na conversa, Temer indicou seu

procurador-geral poderá salvar a tradição recente de sua corporação escolher, ela mesma, seu chefe, por meio de uma lista tríplice eleita pelos funcionários. Em abril, o presidente afirmou discretamente que a lista “tem sido respeitada nos últimos anos, mas não há nenhuma previsão constitucional que me obrigue a segui-la”. Recado semelhante tinha sido dado logo de cara pelo hoje integrante do STF Alexandre de Moraes, ao assumir como o primeiro ministro da Justiça de Temer, em maio de 2016. Furioso com a PGR por estar à beira da forca, é possível que, se chegar a setembro, o peemedebista ignore a lista e tire alguém da cartola. Alguém dócil e de sua confiança.

“Temer não tem legitimidade alguma para nomear o procurador-geral”, diz Claudio Fonteles, titular do cargo entre 2003 e 2005. “Ele é investigado, como é que alguém nessa condição vai escolher o chefe da instituição? Não tem condições

DOIS DIAS DEPOIS DE REVELADA A DELAÇÃO DA JBS, TEMER CHAMOU OS CHEFES DAS FORÇAS ARMADAS AO PLANALTO. "A REPRESSÃO ESTAVA DECIDIDA", DISSE O LÍDER DO PT NA CÂMARA





assessor especial Rocha Loures, exonerado uma semana depois para assumir mandato de deputado, para Joesley procurar, caso quisesse resolver alguma pendenga federal. O empresário tinha um caso em mente, uma milionária disputa de sua empresa contra a Petrobras no Cade, o conselho antitruste. Batista e Loures encontraram-se em São Paulo, depois em Brasília, quando então o assunto surgiu no papo gravado pelo empresário. Ficou combinado um suborno de 5% em troca da interferência de Loures no Cade.

Em 24 e 28 de abril, Loures encontrou o lobista da JBS, Ricardo Saud, delator como o patrão, para acertar a entrega da *bufunfa*. Seriam 2 milhões de reais, divididos em quatro repasses de 500 mil. A Polícia Federal acompanhou e registrou tudo, conforme atividade chamada de “operação controlada”, em que a Justiça libera a consumação de crimes para se obterem provas contra culpados. Foi nesses dois contatos que apareceram pistas a levar a PF até outro amigo de Temer, João Batista Lima Filho, o coronel Lima, e à Rodrimar, uma empresa operadora do

Porto de Santos, onde o peemedebista teve histórica influência política, especialmente no governo Fernando Henrique Cardoso. Em suma, Temer, Rodrimar e o coronel seriam uma coisa só. Em sua delação, Saud disse que Temer teria pedido para a JBS entregar ali, na Rodrimar, 1 milhão de reais de propina. Depois de a PF ter vasculhado a Rodrimar na quinta-feira 18, Temer que se prepare.

No encontro de 28 de abril, Loures saiu com uma mochila cheia de dinheiro e tanto a mala quanto a grana continham um *chip* rastreador. O deputado afastado entregou a mala à PF na segunda-feira 22, sinal de sua disposição para colaborar, quem sabe com delação. Maus presságios para Temer, segundo quem cabe ao ex-assessor explicar o motivo

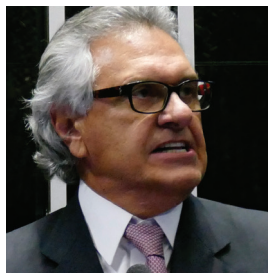
de aceitar a quantia. Detalhe: um dia depois, outro assessor presidencial foi preso pela Polícia Federal, Tadeu Fillipelli, ex-vice-governador do Distrito Federal, acusado de levar dinheiro desviado das obras do bilionário Estádio Mané Garrincha. Foi exonerado no mesmo dia.

O presidente quer anular a gravação feita por Joesley Batista, principal peça incriminatória. Contratou o perito Ricardo Molina e ouviu o que pagou para ouvir: o áudio não tinha valor como prova, por ser precário. Por ordem de Fachin, o Instituto Nacional de Criminalística fará uma perícia oficial. Até ficar pronta, o inquérito permanece parado. E não caberá à PF tomar o depoimento de Temer, como uma escritã de nome Cristiane tentou agendar na quarta-feira 24.



Raul Jungmann, ministro da Defesa, e o general Etchegoyen anunciaram a entrada em cena do Exército

VICTOR MORIYAMA/GETTY IMAGES/AFP. ANDRESSA ANHOLETE/AFP. EVARISTO SA/APP E IGO ESTRELA/FOLHAPRESS



Caiado: "Não acredito em colégio eleitoral"

O presidente acha-se vítima de uma conspiração armada por Batista e o Ministério Público. De fato, há coisas estranhas. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o empresário recebeu uma espécie de aula de delação do procurador Anselmo Lopes, dias antes de gravar o presidente. Os termos do acordo entre Janot e Batista, hoje no bem-bom com sua família em Nova York, municiado por jato e iate próprios, e cercado por familiares, também foram camaradas como nunca na Lava Jato. Imunidade criminal total e multa de meros 110 milhões de reais, uma ninharia para quem deve ter ganhado bem mais que isso com especulação no câmbio e na Bolsa, graças à própria delação. Quanto ao alcance da leniência com a JBS, ainda não há entendimento. O maior frigorífico do planeta só topa pagar 1 bilhão de reais. Os procuradores querem 11 bilhões.

Temer não falou, mas conspiração mesmo há entre seus aliados no Congresso. Por ali se discute abertamente como tirar o presidente contra a vontade dele, con-

forme *CartaCapital* testemunhou nos últimos dias. A tendência é usar o julgamento da chapa Dilma-Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral, marcado para 6 de junho, o Dia D da Segunda Guerra Mundial. Uma solução "mais confortável" para o presidente, comenta um tuca-no, por não deixá-lo exposto à pecha de corrupto. Temer, neste caso, terá de ser convencido a não recorrer ao STF nem acionar seus dois ministros no TSE para retardar a sentença. Algo que dependerá de um desfecho capaz de evitar sua prisão imediata, pepino fatalmente a ser descascado no Supremo.

É o sucessor? Nomes como Nelson Jobim têm sido descartados, pois os deputados do Centrão, a turma do *modus operandi* de Eduardo Cunha, querem uma solução caseira, um dos seus no comando. Por quê? "Para continuar o serviço do Michel", diz um parlamentar. Tradução:

tentar enterrar a Lava Jato. A queda do presidente ainda não pode ser dada como certa. Entre deputados viceja a impressão, correta, de que a pressão das ruas por ora se limita aos mesmos grupos pró-Dilma. Idem para o clamor por Diretas Já. "Este Congresso desmoralizado pela Lava Jato não pode eleger o próximo presidente. Será o embate da década para nós", diz o deputado petista Henrique Fontana.

Se o clamor por Diretas Já crescer nas ruas, "não teremos como segurar", comentou com um colega o deputado Felipe Maia, do DEM do Rio Grande do Norte. O líder do partido no Senado, Ronaldo Caiado, defende a ideia. "Eu não tenho medo das ruas, eu não acredito em Colégio Eleitoral", disse da tribuna na Esplanada.



Nelson Jobim recusa-se a ser candidato na indireta

"Não é hora a ser dada para *outsiders*, homens que querem criminalizar a política posando de vestais."

PT e DEM juntos. É ou não o hospício do Napoleão Michel Temer? •

PROPINA, ORIGEM E TRANSFORMAÇÕES

POR RICARDO SALLES

O conteúdo semântico desta palavra é um interessante cruzamento de duas outras, o verbo latino *propinare* (um verbo grego latinizado) e o substantivo *popina*, existente em latim, mas tomado do osco, língua itálica muito próxima do latim falado na Campânia, região de Pompeia.

O verbo *propinare* vem do grego *propino*, com o significado primitivo de oferecer um brinde a alguém, beber à sua saúde, ao seu êxito. Depois, oferecer qualquer coisa a alguém. Na origem é formado do prefixo *pro*, indicando movimento para a frente, e de *pino*,

que significa beber, em grego.

Já *popina* é o correspondente, na língua osca, ao latim *cocina*, de onde vem a nossa palavra cozinha, derivada do verbo *coquere*, cozinhar. Na língua popular, *popina* passou a designar primordialmente uma taberna, deixando *cocina* (ou sua variante, *coquina*) para o lugar onde se preparavam os alimentos. Com a evolução da língua, mais uma mutação e *popina* passa a significar também a orgia que ocorria nas tabernas.

A forma latina *propina*, com os conteúdos

semânticos cruzados, surge, ao que parece, na Idade Média, quando, contaminado pela moral cristã, o significado de oferta de algo (*propina*) combinou-se com a prática orgiástica (*popina*) comum nas tabernas e adquiriu sentido novo: alguém oferece algo (dinheiro) em troca de um favor ilícito ou pecaminoso (sexo).

De novo, a palavra *propina*, já no domínio do português e despida da mácula do pecado da luxúria, passa por outra mutação semântica e volta a significar apenas o pagamento de um emolumento, de uma taxa de serviço ou de

adesão. Finalmente, adquire o conteúdo de pagamento para a obtenção de algo indevido ou difícil de se conseguir nas práticas do Estado patrimonialista português, herdadas em grande parte pela administração pública do Brasil, em que os agentes do Poder descobrem uma extraordinária fonte de renda: a apresentação da dificuldade (real ou maquinada) para vender a facilidade (legalmente devida ao súdito ou manifestamente ilícita).

Advogado e linguista, autor de livros sobre o tema